

RECURSO ESPECIAL Nº 1.617.823 - PE (2016/0202970-2)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **ELIACI FELINTO DE OLIVEIRA SOUZA**
RECORRENTE : **EDILSON JOSÉ DE SOUZA**
ADVOGADOS : **TEREZA CRISTINA GOMES SAMPAIO E OUTRO(S) - PE015152**
ROSANE MARIN BARBOSA DA SILVA
RECORRIDO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **PAULO MELO DE ALMEIDA BARROS E OUTRO(S) - PE000795B**
ADVOGADA : **LENYMARA CARVALHO - DF033087**

DESPACHO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

SFH. FCVS. AUSÊNCIA DE PEDIDO. LIMITAÇÃO DE JUROS A 10% AO ANO. SEGURO OBRIGATÓRIO. URV. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO: AFASTAMENTO. APELO DESPROVIDO.

1. Apelações interpostas pelos Mutuários e pela CEF contra sentença proferida em sede de ação revisional. Os Mutuários pugnam pela redução de juros a 10% ao ano, o expurgo do anatocismo, a revisão do seguro, o expurgo da URV, a repetição de indébito e a condenação da CEF no pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais. A CEF insurge-se contra a revisão contratual e contra a exclusão do CES.
2. No caso dos autos, não há que se falar na possibilidade ou não do contrato objeto da demanda beneficiar-se com a novação prevista na Lei n.º 10.150/2000, em razão da contribuição para o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS, tendo em vista que tal pedido nem sequer foi deduzido na Exordial. Assim entendi quando do pronunciamento realizado na sessão do julgamento. Ademais, mesmo que se apreciasse a questão da cobertura de ofício, tendo em vista que o contrato, celebrado em 30.11.1987, a prevê, não era o caso de seu deferimento.
3. Inexiste ilegalidade na atribuição de escolha de seguradora à CEF, visto que, por ser de intervenção obrigatória no instrumento contratual e constituir uma imposição legal que serve como garantia ao próprio Sistema Financeiro da Habitação, justifica-se tal restrição na liberdade de contratar dos particulares.
4. Durante a vigência da URV, todas as obrigações expressas em moeda corrente foram convertidas para tal índice. Desse modo,

estando expressa na unidade monetária então em vigor, as prestações também sofreram a conversão para URV, índice que variava dia a dia. A obrigação de pagar salário, recíproca do direito ao seu recebimento, também por encontrar-se expressa no padrão monetária da época, fora convertida para URV, variando, diariamente, nos mesmos percentuais da prestação. Assim, não há qualquer conduta de ilegalidade da Caixa nesta parte.

5. Tendo em vista a existência de prestações em aberto, no total de 83, relativas ao período de 30.01.1996 a 30.04.1999, bem como o fato de que a perícia constatou que não há saldo em favor dos autores, não há que se falar em repetição de indébito. Em se procedendo a revisão contratual, devem os valores devidos pelos Mutuários ser compensados.

6. Devida a revisão contratual nos termos da sentença mediante aplicação dos percentuais de aumento salarial concedidos à categoria profissional do Mutuário- bancário.

7. Não incidência do CES no contrato em tela.

8. Apelação da CEF e dos Mutuários não provida.

Anoto que esta Corte possui entendimento no sentido de que, presente cláusula contratual de comprometimento do FCVS, caso destes autos, a competência para julgamento do recurso é da Primeira Seção. Confira-se:

PROCESSO CIVIL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. POSSÍVEL COMPROMETIMENTO DO FCVS. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. PEDIDO DE INTERVENÇÃO DA CEF. JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA 150/STF.

(...)

2. Nos processos em que possa haver comprometimento dos recursos do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, a competência para julgamento é das Turmas integrantes da Primeira Seção. Precedentes: CC 121.499/DF, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, julgado em 23/4/2012, DJe 10/5/2012; CC 36.647/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Corte Especial, DJ 22/3/2004, p. 186; CC 132.728/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 26/11/2014, DJe 19/12/2014; AgRg no CC 132.745/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 11/3/2015, DJe 27/3/2015.

Superior Tribunal de Justiça

(...)

(REsp 1607242/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN,
SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 11/10/2016)

Em face do exposto, redistribuam-se os presentes autos a um dos Ministros
que compõem a Primeira Seção desta Corte.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora